

ARTIGO

Cultura popular em Minas Gerais - transformações, persistências ou desagregação?

Maria Clara Tomaz Machado/UFU

“... Oh, meu Deus se eu pudesse
viajar com o pensamento
Pra buscar um sentimento
Nos confins do meu passado
Eu veria novamente a terra
dos meus tempos de criança.”¹

“... Nunca consegui ti esquecer
os lindos campos onde canta a siriema
e o inhabuzinho a piar no entardecer
Na velha Igreja, depois da Ave-Maria
Ao cair da tarde fria, velhos discos a tocar
“(...) Meu Deus que recordação tenho mesmo
que chorar.”²

O cotidiano do mundo rural tem muito pouco de sua história escrita - a maior parte dela nos chega como reminiscências passadas. Existem cheiros, comidas, trabalhos artesanais, cantigas de ninar, maneiras de falar, de cuidar de uma horta, de rezar, o som das badaladas de um relógio de parede, que têm o sabor de infância, fazendo recordar coisas que talvez nem se tenha vivido concretamente, e em alguns casos são revividas através das lembranças de nossos pais e avós.

Já cantava Horácio em seus versos:

feliz aquele que só quer do mundo/ O que o torrão em que
nasceu encerra
Que se contenta em respirar bem fundo/ O ar de sua terra;
Que tira de seu próprio campo o pão/ E lã eleite do rebanho
terno;
Das árvores tem sombra no verão/ e fogo no inverno³.

Esta nostalgia, universal e persistente, reflete apenas o velho hábito de usar o passado, “os bons tempos de antigamente”, como desculpa para criticar o presente? Complicado responder por inteiro. Poderosas são as imagens do passado, poderosas são as experiências vividas no campo. A recorrência ao bucólico pode parecer um sonho localizado: a tranquilidade, a inocência, a abundância e a simplicidade do interior é parte de cada lugar e tem a força de se multiplicar no tempo. Na verdade, sabe-se que estas imagens, que guardam semelhanças entre si, têm cada uma a sua própria história, relatam vivências pessoais, tempos dispares e contraditoriamente universais.

A persistência dessas imagens levaram Raymond Williams a contemplá-las em sua obra. Diz ele: “campo e cidade são palavras muito poderosas, e isso não é de se estranhar, se aquilatarmos o quanto elas representam na vivência das comunidades humanas”⁴. A relação campo e cidade não é apenas um problema objetivo e material da história, mas é, para milhares de pessoas hoje e no passado, uma vivência direta e intensa.

Tão intensa e real é essa relação que em sociedades nas quais a revolução industrial ocorreu prematuramente, determinando o desaparecimento do campesinato rural, é possível perceber que as atitudes relacionadas ao campo e as concepções da vida rural persistiram com um poder extraordinário. Mesmo depois de a sociedade tornar-se predominantemente urbana, as fontes literárias ainda continuam, no século XX, marcadas pelas experiências no campo, seja através da persistência de antigas idéias, seja ao nível das vivências pessoais, afirma Williams⁵.

Imagina-se quão verdadeiro isso pode ser para a sociedade brasileira, particularmente no interior do país, que só conheceu uma urbanização intensiva a partir da década de 60^o. Partindo do pressuposto de que o longo período compreendido entre os governos Vargas e Geisel pode ser lido como um grande esforço de modernização do país e da vontade de afirmação nacional, se presumi que essa urbanização provocou mudanças tanto nas relações sociais de produção e no modo de vida das populações do campo e da cidade, quanto impôs uma nova lógica cultural.

Essa lógica, que tem como objetivo a mercantilização e a industrialização da cultura, é uma das chaves da reprodução do capitalismo hoje, que faz apologia do consumo, da competitividade, do determinismo tecnológico, da globalização, entre outras coisas, sem atentar para os seus efeitos: o apagamento de valores e tradições culturais da memória enquanto depositária de uma história.

Para atingir tal modernização foi necessário romper com valores e crenças ruralizadas, provincianas, que, de certa forma, ainda povoavam o imaginário social popular. Além de criar infraestrutura básica para a industrialização de bens de produção e consumo, construir estradas, siderurgias e gerar energia elétrica, era preciso de acordo com o desenvolvimentismo nacional, substituir uma mentalidade “arcaica” por uma moderna. Assim, a sociedade brasileira em sua ambição pelo desenvolvimentismo e pela modernização, evidente a partir de Juscelino Kubitschek e dos governos militares, e no afã de apagar os traços do colonialismo cultural, acabou caindo na sua própria armadilha - avançou sem redistribuição da renda, manteve privilégios sociais, submergindo valores, crenças, tradições populares, tão caros a essa sociedade por lhe conferir um mínimo de identidade cultural.

Ao analisar as ilusões da modernização brasileira, Roberto Schwarz ressalta que sob a ótica justificadora e responsável pelo projeto nacional “tratava-se de arrancar a população aos enquadramentos semicoloniais em que se encontrava, e de trazê-la, ainda que de forma precária, ao universo da cidadania, do trabalho assalariado e da atividade econômica moderna, industrial, sobretudo, contrariando o destino agrário a que o imperialismo nos forçava”. Entretanto, afastada a irresponsabilidade e a cegueira, Schwartz afirma que “os novos tempos desagregavam à distância o velho enquadramento rural, provocando a migração para as cidades, onde os pobres ficavam largados à disposição passavelmente absoluta das novas formas de exploração econômica e de manipulação populista”⁷.

Contextualizada, em outras condições, a cultura tradicional não desapareceria, marcando sua presença sistemática no ambiente moderno, caracterizando, como pouco ortodoxo o esforço desenvolvimentista: “com a sua parte de simpatia e tolerância, mas também de absurdo e do primitivismo, esta mescla do tradicional e do moderno se prestava bem a fazer de emblema pitoresco da identidade nacional”⁸.

Na perspectiva de Schwartz, se os anos J. K. se configuraram como epopéia patriótica, com a presença de uma sociedade nacional, livre dos estigmas coloniais e equiparada aos países desenvolvidos, os anos 60 fizeram surgir uma nova consciência de que a exploração social em nível interno e a desigualdade do país no âmbito internacional se realimentavam, e de que era necessário pensá-las em conjunto. É desse contexto que emerge a “teoria da dependência”⁹. O golpe de 64 pôs fim a dimensão

democratizante, mas não ao próprio nacionalismo desenvolvimentista, que adquire, a partir de então, conotações específicas. Nesse sentido, podemos apontar os grandes projetos e planos econômicos das ditaduras militares, dos quais o II Plano de Desenvolvimento - II PND (1975-79) foi o mais significativo do ponto de vista da integração nacional e da internacionalização do capital.

Passado a fase do milagre econômico brasileiro, com a crise do petróleo, o endividamento externo e as altas taxas de inflação, os anos 80 trouxeram a tona uma dura realidade - o desenvolvimentismo havia se tornado uma idéia vazia, uma ilusão. Conforme o autor citado, “noutras palavras, a falência do desenvolvimentismo, o qual havia revolvido a sociedade de alto a baixo, abre um período específico, essencialmente moderno, cuja dinâmica é a desagregação”¹⁰. Frente a esse quadro, em que a fragmentação entre economia e nação se instala, surgiu uma grave questão: “o que é, o que significa uma cultura nacional que já não articule nenhum projeto coletivo de vida material, e que tenha passado a flutuar publicitariamente no mercado por sua vez, agora como casca vistosa, como um estilo de vida simpático a consumir entre outros?”¹¹.

Existem duas possibilidades de resposta a essa questão. A primeira, apoiada na análise de Renato Ortiz:

“A relação entre cultura e política nos remete a uma discussão clássica sobre o popular e o nacional no Brasil. Minha tese é de que o advento de uma cultura popular de massa implica a redefinição desses conceitos, e nos próprios parâmetros da discussão cultural (...) Com a consolidação de um mercado de bens culturais, também a noção de nacional se transforma (...) A indústria cultural adquire, portanto, a possibilidade de equacionar uma identidade nacional, mas reinterpretando-a em termos mercadológicos; a idéia de ‘nação integrada’ passa a representar a interligação dos consumidores potenciais espalhados pelo território nacional. Nesse sentido se pode afirmar que o nacional se identifica ao mercado; à correspondência que se fazia anteriormente, cultura-nacional popular, substitui-se uma outra, cultura mercado-consumo.”¹²

A outra possibilidade de resposta, que não tem o pressuposto de contrapor-se a esta, diz respeito, mais de perto, a tarefa do historiador, que no seu ofício contempla tanto as rupturas no processo histórico, quanto a força que assumem as práticas culturais enquanto persistências e recriações dos bens culturais simbólicos para a história das sociedades.

Ampliando o debate acerca da produção/consumo da cultura, é pertinente evocar Certeau, que defende a tese da riqueza e da inevitabilidade do cotidiano daqueles que muitos querem acreditar como sujeitos históricos passivos da visibilidade da comunicação. Argumenta ele:

“Na realidade, diante de uma produção racionalizada, expansionista, centralizada, espetacular e barulhenta, posta-se uma outra produção de tipo bem diverso, qualificada como ‘consumo’, que tem como característica suas astúcias, seu esfarelamento em conformidade com as ocasiões, suas ‘piratarías’, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, em suma, uma quase invisibilidade, pois que ela quase não se faz notar por produtos próprios (onde teria o seu lugar?), mas por uma arte de utilizar aqueles que lhe são impostos”¹³. [Nesse caminho, Chartier avalia que] as variadas formas de consumo e recepção constituíram-se, quase sempre, em recriação e reelaboração de noções adquiridas. Nenhuma recepção é passiva, nenhum conhecimento é estático e definitivo”¹⁴.

De Minas Gerais muito já se disse. Minas são muitas, as Gerais são muito mais. Ventre da terra mãe Brasil, de onde gestos de revolta e sopros de liberdade se esprou.

A mineridade não se esgota com os políticos matreiros, com os poetas de belas falas ou com sua decantada hospitalidade.

Dos espaços guarda confrontos de paisagens: das minas, as montanhas, o ouro encravado em fendas seculares, desvendado pelos colonos portugueses. Das Gerais, o horizonte infinito, vales e rios escorregadios - sertão - por onde pastagens e fazendas se foram fazendo, obra de bandeirantes e pioneiros em busca de riquezas e com raízes por fincar. Já disse Guimarães Rosa:

“Minas é a montanha, montanhas, o espaço erguido, a constante emergência, a verticalidade esconsa, o esforço estático; a suspensa região - que se escala. Atrás de muralhas, através de desfiladeiros, - passa um, passa dois, passa quatro, passa três... - por caminhos retorcidos, ela começa, como um desafio de serenidade. Aguarda-nos amparada, dada em neblinas, coroada de frimas, aspada de epítetos: Alterosa, Estado Montanhês, Estado mediterrâneo, Centro, Chave da Abóbada, Suíça brasileira, Coração do Brasil, Capitania do Ouro, a Heróica Província, Formosa Província. O quanto que envaidece e intranquiliza, entidade tão vasta, feita de celebridades e lucidez, de cordilheira e História. De que jeito dizê-la? MINAS: patriazinha. Minas - a gente olha, se lembra, sente, pensa. Minas - a gente não sabe.

Sei, um pouco, seu facies, a natureza física - muros, montes e ultramontes, vales escorregados, os andantes belos rios, as linhas de cumeeiras, a aeroplanície ou cimpos profundamente altos, azuis que já estão nos sonhos - a teoria dessa paisagem. Saberá aquelas cidades de esplêndidos nomes, de algumas já roubaram: Maria da Fé, Serro Frio, Brejo das Almas, Dores do Indaiá, Três Corações do Rio Verde, São João Del Rei, Mar de Espanha, Tremedal, Coromandel, Grão Mogol, Juiz de Fora, Borda da Mata, Abre Campo, Passa Tempo, Buriti da Estrada, Tiros, Pequi, Pomba, Formiga, São Manuel do Mutum, Caracol, Varginha, Sete Lagoas, Soledade, Pouso Alegre, Dores da Boa Esperança... Saberei que é muito Brasil, em ponto de dentro, Brasil conteúdo, a raiz do assunto. Soubesse-a, mais.”¹⁵

O fio capaz de soldar as Minas e as Gerais se constitui nas práticas culturais, experimentadas cotidianamente no viver dos mineiros. Cultura, festa e religiosidade são representações impressas e tramadas no tecido social dos que contracenam enquanto atores de seu tempo, construindo a sua história.

Essa cultura, parte constitutiva do social, dinâmica e plural - ora resistência ao imposto, ora assimilando a modernidade, se reinventa, se recria, desiste, persiste - deixa rastros, traços de memória por indícios e sinais, não nos deixando órfãos de história. Assim é em Minas Gerais. Porém, para apreendê-la enquanto centelha de vida, é necessário auscultar o cotidiano, se imiscuir em experiências de vida locais e regionais, avaliando não só o poder de recriação das práticas culturais populares, como rastreando as que foram relegadas ao esquecimento e caíram em desuso.

As mudanças ocorridas na cultura popular no interior de Minas Gerais, especialmente nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, podem ser observadas, de modo mais efetivo, a partir da execução dos projetos e planos dos governos militares - Polo-centro, PRODECER, Pró-várzeas, Profir- que tornaram o cerrado em terras produtivas e lucrativas alinhando, dessa forma, o mercado regional ao nacional e internacional. Nesse sentido, cultura popular, modernização e desenvolvimentismo são caminhos cruzados de um mesmo tempo. Através desse contexto é possível observar modificações nas relações sociais de produção e formas de viver e pensar culturalmente, tanto quanto persistências e recriações de práticas culturais alicerçadas numa tradição secular.

O cotidiano desse mundo rural, marcado pela solidão do campo - no qual a vida familiar se confunde com as relações sociais de

produção, em que homens e mulheres se empenham em tarefas diárias que começam com a luz do dia e terminam pelo ofuscamento da noite; em que a criança se educa integrando-se às atividades de trabalho indispensável à sobrevivência do grupo; em que a fé sustenta a crença em um mundo melhor, regulando e reproduzindo a moral e os costumes; no qual as estradas são de difícil acesso e a convivência é limitada à região em que se mora e a ida a cidade é quase uma aventura - se reabastecem e se reproduzem graças a solidariedade dos vizinhos e amigos que trocam jornadas e tarefas de trabalho, que festejam dias e momentos significativos em suas vidas e choram e se consolam nas tragédias.

Este não é um mundo idealizado, é um mundo de muitas dificuldades, marcado pelo trabalho e as incertezas, de poucas técnicas e baixa produtividade. É também um mundo ou um tempo transcorrido, transformado pelos financiamentos governamentais; pelas inovações tecnológicas; pelos equipamentos e máquinas agrícolas sofisticadas; pelas estradas construídas e asfaltadas; pelas super safras; pelas terras despossuídas ou ampliadas; pela impossibilidade para alguns de sobreviver na terra; pelas novas relações comerciais estabelecidas com o mercado; pelas novas relações de trabalho, assim como por novos atores sociais; pelo desemprego ou emprego sazonal; pelas novas formas de pensar e agir surgidas em decorrência de tudo isso.

Mesmo diante desse quadro é perceptível que o povo mineiro do interior aprendeu a cultivar a sua memória nos pequenos sinais da vida cotidiana, que podem ser traduzidos nos objetos materiais, nos santos de devoção guardados e cultuados, nos ditos e provérbios populares com os quais procuram expressar a sabedoria e as experiências de vida, nas comemorações das festas religiosas e populares nas quais se renova a fé e tornam o reencontro possível, nos sabores, quitutes e comidas típicas, na preferência pelas antigas modas sertanejas ainda entoadas, nas crenças em benzenções, chás e remédios caseiros a que ainda recorrem.

Nesse sentido, é possível afirmar que se cultura popular e desenvolvimentismo são caminhos cruzados de um mesmo tempo, não há como negar, na sociedade brasileira pós-50, traços muito evidentes de transformações sociais e culturais, como também de persistências e desagregações de práticas culturais. Daí o caráter ambivalente da cultura brasileira, em que o moderno e o rústico podem se cruzar em qualquer momento da história.

Notas

- ¹ GOIÁ. Minha Infância. Transcrição de Lúcio Flores. Coromandel, 1994.
- ² GOIÁ & ZALO. Coromandel. **Goiá em Duas Vozes**. São Paulo: Vilson Companhia de Equipamentos Sonoros Ltda, 1997. (Matando Saudade, v. 2).
- ³ HORÁCIO. "Ode on solitude". In: WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989: 43.
- ⁴ WILLIAMS, Raymond. Op. cit: 11.
- ⁵ Idem, pp. 12-3.
- ⁶ Cf. Vilmar Faria. "Desenvolvimento, Urbanização e Mudanças na Estrutura do Emprego: a experiência brasileira dos últimos 30 anos". In: **Sociedade e Política no Brasil Pós 64**. São Paulo: Brasiliense, 1984, pp. 118,126,163. Segundo ele, o processo de urbanização brasileiro, diferentemente de outros países, sofreu entre as décadas de 50 e 80 uma profunda transformação, um crescimento sem paralelo histórico. Refutando a tese de que este fenômeno se deu pela concentração da população em grandes áreas metropolitanas, caracteriza o processo de urbanização como intenso mas disperso, fragmentado, ocorrendo em todas as categorias de cidades e não apenas nas de grande porte. A inversão nos números da população de rural para urbana na região do Alto Paranaíba e, mais especificamente, em Coromandel só se deu a partir de 1970. Em 1980, o censo apresenta uma população urbana de 56,09% contra a rural de 43,90% para a região.
- ⁷ SCHWARZ, Roberto. Fim de Século. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 04/12/94, pp. 6-9. (Caderno Mais)
- ⁸ Idem.
- ⁹ Para um maior aprofundamento do tema ver: BERLINCK, Manoel T. **Marginalidade Social e Relações de Classe em São Paulo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1977; KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- ¹⁰ SCHWARZ, Roberto. Op. cit.
- ¹¹ Idem.
- ¹² ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1991. pp. 160, 165.
- ¹³ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994: 94.
- ¹⁴ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa, Difel, 1988: 59.
- ¹⁵ ROSA, Guimarães. Muros, Montes e Ultramontes. In: **Serviço Social do Comércio**. Minas Perpétua: Paisagens, Cultura, Gente e Riquezas. Belo Horizonte, SESC, 1986.